Apresentação: 29/08/2025 11:32:28.723 - CASF

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ DE 2025

(Da Sra. SÂMIA BOMFIM)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "Avaliação sobre o cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 10 de 2024".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública, no dia 11 de setembro de 2025, para debater o tema "Avaliação sobre o cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 10, de 2024", com a presença dos seguintes convidados:

- 1. Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação;
- 2. Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil da Presidência da República;
- Sra. Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI;
- 4. Sr. Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- 5. Sr. Cláudio Mendonça, Presidente do ANDES-SN;
- Sr. José Geraldo Ticianeli, Reitor da UFRR e Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES;
- 7. Sr. Rafael Bernardo da Silveira, Coordenador da Pasta Docente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica- SINASEFE;





- Sra. Ana Paula Giraux, Presidenta do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF;
- Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação;
- Representante da Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

Assinado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (MGI), e pelas entidades sindicais representativas de docentes do Magistério Superior Federal e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal (ANDES-SN e Sinasefe), o Termo de Acordo nº 10/2024 completou um ano de vigência em 27 de junho de 2025 sem que seus itens tenham sido efetivamente realizados.

Docentes das carreiras MS e EBTT da rede federal seguem aguardando o substitutivo da Portaria nº 750/2024, a alteração do Decreto-Lei nº 1590/1995, o avanço nas discussões sobre entrada lateral, a efetiva apresentação de resolução quanto ao problema do reenquadramento de aposentados/as, a formalização da renúncia de judicialização da questão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), dentre vários outros elementos presentes no Acordo e que, até o presente momento, seguem sem medidas concretas por parte dos órgãos signatários junto à bancada sindical.

Para que se possa debater o assunto com todos os envolvidos e promover uma escuta qualificada que possibilite a participação tanto dos servidores quanto do Governo, e por se tratar de um assunto de relevante interesse para a Câmara dos Deputados e, especificamente, para esta Comissão temática, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 28 de agosto de 2025.

Deputada SÂMIA BOMFIM PSOL/SP



